



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Divulgação

Briga de interesses



O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto (PPCUB) está no centro de uma disputa do poder econômico em detrimento da preservação da qualidade de vida da capital. São os “donos” de Brasília tentando preservar interesses contra outros que apresentam argumentos para expandir seus negócios. A Câmara Legislativa está no meio dessa guerra e, para os cidadãos, que pouco acompanham os embates, é difícil entender onde estão de fato os caminhos para focar no futuro sustentável da cidade.

Confiante na votação

Apesar da resistência da oposição, o líder do governo na Câmara

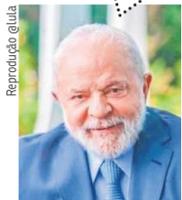


Câmara Legislativa do DF/Divulgação

Legislativa, Robério Negreiros (PSD), acredita que a votação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico (PPCUB) ocorra hoje no plenário. A análise pela Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) deve ser feita antes, também no plenário. “Algumas posições contrárias fazem parte do processo democrático. O referido projeto está maduro para votação e, como se trata de ordenamento territorial, passou de forma prévia por diversas audiências públicas e aprovação do Conplan (Conselho de Planejamento Urbano e Territorial). Farei o pedido em plenário para que a base do governo aprove em definitivo esse importante projeto para o DF”, afirma Robério.

“Por que uma menina tem que ser obrigada a ter um filho de um cara que estuprou ela (sic)? Que monstro vai sair do ventre dessa menina? (...) Um cidadão faz um projeto para testar o Lula. Eu não preciso de teste. Quem precisa de teste é ele. Eu quero saber, se uma filha dele fosse estuprada, como é que ele ia se comportar”

Presidente Lula



Reprodução @Lula



SÓ PAPOS

“Falta humanidade, empatia e civilidade. Lula é raivoso, impaciente e não respeita as mulheres. É um absurdo chamar um bebê de monstro. As crianças, como ensinou Jesus, são inocentes e merecem toda a nossa proteção”

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Eleições do futuro

O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), por meio de sua Escola Judiciária Eleitoral, promove amanhã a eleição do Programa Eleitor do Futuro. Realizada em parceria com a Secretaria de Educação do DF, a iniciativa busca levar consciência cidadã e conhecimento, na prática, sobre a importância da democracia aos alunos do ensino fundamental de estabelecimentos públicos e privados. O programa, que está na sua vigésima edição e ocorre desde 2004, neste ano, atenderá 55 escolas e cerca de 16 mil alunos. Eles votarão para a escolha do Partido Político vencedor, que apresentará a melhor proposta de política pública, no caso dos alunos dos anos finais. Os que estão nos iniciais definirão um personagem do folclore brasileiro, que representará os anseios e os valores da escola na visão dos estudantes. A eleição nas escolas é uma simulação perfeita das verdadeiras, com o uso de urnas eletrônicas convocação de mesários e diplomação dos eleitores.

Carlos Gandra/CLDF



Debate sobre mudanças climáticas

Depois do que aconteceu no Rio Grande do Sul, o alerta sobre impacto das mudanças climáticas parece ter entrado no mundo político. A Câmara Legislativa promoveu, na última segunda-feira, uma audiência pública para debater os efeitos dos extremos climáticos. Presidido pelo deputado Ricardo Vale (PT), o encontro reuniu especialistas que apresentaram os problemas ambientais enfrentados no DF e sugeriram medidas preventivas para reduzir os impactos do aquecimento global e da escassez hídrica na região.

Aumento da temperatura

Dados do Instituto Nacional de Meteorologia mostraram que, desde 1961, o DF tem experimentado diversas alterações. Entre elas, um aumento na temperatura média anual de 1,6 grau e uma queda de 144 mm de chuva, ambos causados pelas mudanças climáticas. As informações foram apresentadas durante a audiência pública pela assessora de Relações Institucionais do Observatório do Clima (OC), Mariana Lyrio.

Carlos Vieira/CB



Desmatamento

A presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica, Alba Evangelista Ramos, também citou outros quatro fatores — abastecimento, agricultura, diluição de efluentes e drenagem — como principais problemas da crescente crise hídrica no DF. Segundo Ramos, doutora em Ecologia pela UnB, o desmatamento é o motivo predominante da escassez de água na região. “Vetores de desmatamento apresentados há duas semanas, pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente) e Map Biomas, mostram que a progressão do desmatamento no Cerrado passou a da Amazônia e está na ordem dos 612,5% aqui no DF. Nosso órgão informou que correspondia a 0,27% do território”, ressaltou Alba Ramos.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

PPCUB / Presidente da CLDF, Wellington Luiz prevê aprovação do projeto que, segundo ele, vai estimular a economia e tem apoio do setor produtivo. Mas reações à proposta esquentam as discussões. Icomos-DF teme pelo patrimônio

Muito debate antes da votação

» SAMANTA SALLUM

Em meio a polêmicas que provocaram reação de interesses econômicos, a votação do Projeto de Lei Complementar que define o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) está marcada para hoje, 15h, na Câmara Legislativa. O presidente da Casa, deputado Wellington Luiz (MDB), afirmou estar convicto de que o texto está maduro para ser apreciado pelos distritais e que não há motivo para esperar mais. “São 15 anos discutindo essa matéria. Brasília não pode mais aguardar. Precisamos dar uma resposta à sociedade, seja pela aprovação ou pela rejeição do texto”, disse ao *Correio* o parlamentar.

Uma das polêmicas se refere ao aumento de gabarito de hotéis de três para 12 andares na região central de Brasília, que permite a construção de novos empreendimentos. Empresários e entidades ligadas ao urbanismo não concordam. O núcleo local do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos-DF), organização não governamental global assessora da Unesco que tem a missão de promover a preservação, o uso e a valorização do patrimônio cultural, se manifestou desfavorável a proposta.

Reprodução



Projeto polêmico muda, entre outras medidas, gabarito de hotéis na região central

O presidente da CLDF rebate: “Eu tenho a tranquilidade de defender o aumento do gabarito, pois ali já existem prédios próximos altos. E poder contrair hotéis maiores vai representar geração de empregos, abertos de novas oportunidades para quem está desempregado no DF, estimula a economia local.”

Tramitação

O projeto elaborado pelo GDF chegou à Câmara em 4 de março.

De lá para cá, os deputados distritais apresentaram 173 emendas e, destas, 90% foram acatadas. “Houve tempo para que fossem elaboradas as sugestões ao texto. Não houve atropelo. Agora, é previsível que, conforme se aproxime a data de votação de um projeto desta importância, interesses contrariados reajam”, reforçou Wellington Luiz.

O deputado Fábio Felix (PSol) criticou a decisão de se colocar o texto em votação hoje. Considera

precipitado. Segundo ele, há uma insegurança quanto à versão final do projeto que irá ao plenário hoje. Está marcada para 10h a apreciação do PPCUB pela Comissão de Assuntos Fundiários (CAF). “Vão aprovar uma coisa meio-dia e já levar logo depois ao plenário. Não teremos tempo hábil para analisar a versão aprovada”, reclama.

Ele contou que estava tentando construir um consenso para que o texto fosse votado em agosto. “Eu tenho uma disposição em

» Reação

A arquiteta e urbanista Angelina Quaglia criticou o PPCUB, elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), por não atender a um plano de conservação de Brasília. Segundo ela, o PLC enviado à CLDF se trata de ordenamento territorial, favorecendo a especulação imobiliária e financeira. “Brasília, como patrimônio mundial, merecia mais respeito na preparação deste plano. O projeto é qualquer coisa, menos de conservação”, destacou.

aprovar o projeto. Não sou contra. Mas defendendo um pouco mais de tempo.” Na avaliação do deputado, aumentar o número de andares dos hotéis não é o centro do problema. “Isso não fere a escala monumental ou bucólica de Brasília. A questão, para mim, é outra. Acho que devemos esperar os estudos de impacto viário por exemplo. Devemos ter um pouco mais de cautela”, explicou.

Em dezembro passado o projeto foi aprovado pelo Conselho de

Planejamento Territorial e Urbano do DF (Conplan). Recebeu 32 votos favoráveis, ou seja, passou por unanimidade entre os presentes (houve duas ausências). Antes, teve de passar por audiências públicas e pela análise do Iphan.

De extrema importância para o futuro da capital federal, o PPCUB reúne toda a legislação urbanística da área tombada nas instâncias distrital e federal, que está inscrita pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. Abrange as regiões administrativas do Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia, Sudoeste/Octogonal/Setor de Indústrias Gráficas (SIG), incluindo o Parque Nacional de Brasília e o espelho d’água do Lago Paranoá.

Mobilização

Vinte e quatro entidades de diversos segmentos do setor produtivo se uniram em defesa da aprovação do PLC do PPCUB na Câmara Legislativa. O movimento culminou no envio de uma carta aos parlamentares expondo argumentos em favor da proposta. A OAB/DF assinou o documento também. Fecomercio, Fibra, Sinduscon, Ademi, Sindiatcadista, CDL, Federação da Agricultura do DF, Codese, Sindivarejista, ACDE, entre outras entidades fazem parte da mobilização.